



Pesquisa e Educação na Contemporaneidade: Perspectivas Teórico-Methodológicas
Caruaru, 13 e 14 de setembro de 2012

4. Formação de professores

OS SENTIDOS E SIGNIFICADOS CONSTRUÍDOS PELOS PROFESSORES DE PACARAIMA/RR, SOBRE O ABUSO E A EXPLORAÇÃO SEXUAL INFANTO-JUVENIL

Kathia Maria de melo e Silva Barbosa
Universidade Federal da Paraíba

Resumo

Neste artigo apresentamos os sentidos e significados construídos pelos professores de Pacaraima/RR, sobre a violência sexual infanto-juvenil, focando nosso olhar em manifestações tipificadas como abuso sexual e exploração sexual comercial a partir do processo de formação continuada realizado pelo PAIR - Programa Ações Integradas e Referenciais de Enfrentamento à Violência Sexual Infanto-Juvenil no Território Brasileiro iniciado em 2003 e reeditado em 2005, sob a coordenação da Universidade Federal de Roraima. A relação estabelecida entre a construção dos sentidos e significados pelos professores como resultante da participação em programas de formação continuada exigiu de certa maneira que buscássemos verificar se e em que medida ela provocou mudança nas suas *práxis* pedagógicas. Como resultado da pesquisa, apresentamos uma leitura singular que ao revelar a dimensão do problema da violência infanto-juvenil neste município - situado na região amazônica - sob a ótica dos professores, promove a reflexão necessária ao seu enfrentamento e fortalece a Rede de Proteção à criança e ao adolescente, ao tempo em que ressignifica o papel da própria formação continuada. Nosso interesse por esta temática justifica-se pela relevância do tema no cenário nacional e internacional, mas, principalmente pela perspectiva de fortalecimento da Rede de Enfrentamento na medida em que o fenômeno é tratado cientificamente e não como uma mera constatação social explicada e/ou justificada como uma identidade cultural.

PALAVRAS-CHAVE: Abuso Sexual. Exploração Sexual. Formação Continuada.

No final do século XX e início do século XXI, ampliou-se o debate nacional e internacional sobre a defesa e a proteção das crianças e adolescentes, com enfoque especial nas questões do tráfico de seres humanos e na violência e exploração sexual, envolvendo fins comerciais ou não, o que provocou a instauração de movimentos para a sua erradicação. Nesse sentido alguns encontros e congressos mundiais foram realizados e resultaram na inclusão do enfrentamento do fenômeno da exploração sexual infanto-juvenil na agenda da

Organização das Nações Unidas, por ocasião da Convenção 182, realizada no ano de 1999 (HAZEU, 2003), que repercutiu na agenda política brasileira.

No Brasil esse debate, segundo Hazeu (2003) assumido por entidades da sociedade civil e pela imprensa, ganhou visibilidade a partir das denúncias do turismo do sexo e da “prostituição” infanto-juvenil. Debate que se instaurou tanto no seio da sociedade como nos espaços acadêmicos através do fomento de pesquisas em cursos de pós-graduação *stricto sensu* realizadas, particularmente, nos últimos dois anos, conforme registra o Banco de Teses da CAPES, revelando a necessidade de se promover ações de enfrentamento ao fenômeno da violência infanto-juvenil mediante a construção de políticas públicas a fim de ressignificar o sentido e a responsabilidade do Estado e de cada cidadão no sistema de “Proteção Integral” das crianças e adolescentes.

Nesse sentido, o Governo Brasileiro, posteriormente à promulgação da Constituição Federal de 1988 e da Lei Federal Nº. 8.069/90 (ECA)¹ reconheceu a complexidade do fenômeno, cujas proporções ampliam-se ainda mais em um país com tamanha extensão territorial e diversidade cultural. Em 1993, foi instalada uma Comissão Parlamentar de Inquérito na Câmara Federal brasileira, e intensificado o enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes (MOTTI, *et all*, 2008, p.18).

Resultante dessas reflexões e dos compromissos assumidos por ocasião do 1º Congresso Mundial contra a Exploração Sexual e Comercial de Crianças, em 1996 o Estado Brasileiro empenhou-se na construção e disseminação de políticas públicas de enfrentamento empregando estratégias de integração intersetorial executadas através de um trabalho em rede. Assim, em junho de 2000 foi elaborado o Plano Nacional de Enfrentamento à Violência Infanto-Juvenil, homologado pelo Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) em julho do mesmo ano,

e como instrumento de defesa e garantia aponta para a criação, o fortalecimento e a implementação de um conjunto articulado de ações e metas fundamentais para assegurar a proteção integral da criança e do adolescente em situação ou risco de violência sexual (MOTTI, *et all*, 2008, p.18).

¹Estatuto da Criança e do Adolescente.

Juntamente com o Plano Nacional de Enfrentamento à Violência Infanto-Juvenil foi formado o Comitê Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-Juvenil composto por representantes da sociedade civil, dos poderes públicos e das cooperações internacionais. No controle e acompanhamento na execução do Plano Nacional de Enfrentamento nos estados e municípios brasileiros estão os Conselhos de Direitos Estaduais e Municipais que atuam em consonância com o Conselho Nacional dos Direitos da criança e do Adolescente.

Dentre os serviços especializados em atendimento no âmbito da Política Nacional de Assistência Social destacamos o Programa Sentinela, hoje denominado Centro de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS), uma instituição pública, estatal, cuja função, entre outras, é a de prestar serviços especializados e continuados as pessoas vítimas de violências e a adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas em regime aberto. É também da competência do CREAS

promover a articulação de esforços, recursos e meios para enfrentar a dispersão dos serviços de média complexidade e potencializar as ações para seus usuários. No entanto, dada a complexidade das situações atendidas, devem envolver um conjunto de profissionais e processos de trabalho que ofereçam atendimento multiprofissional, psicossocial e jurídico, apoio, encaminhamento e acompanhamento individualizado e em grupo de forma especializada (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, Brasília, 2009, p. 20).

Como ações básicas para diagnosticar a violência sexual no território brasileiro, foram realizadas pesquisas de campo - a exemplo da Pesquisa Nacional sobre o Tráfico de Mulheres, Crianças e Adolescentes para fins de Exploração Sexual (PRESTRAF) divulgada pelo Ministério da Justiça em meados de 2002 (BRASIL, 2006). Os resultados destas pesquisas reiteraram a urgência de medidas e providências pensadas junto com Organismos e Agências internacionais, no sentido de apoiar as ações de enfrentamento com vistas à proteção integral de crianças e adolescentes vítimas de violência e/ou em situação de vulnerabilidade.

Assim nasce o PAIR, em outubro de 2002, como fruto “de uma iniciativa conjunta do Governo Brasileiro e da Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID)” (MOTTI *et al*, 2008, p. 9), com a parceria técnica da *Partners of the Americas* e da Organização Internacional do Trabalho (OIT),

pautado nos seis eixos do Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-Juvenil que delimitou o município como base de intervenção (MOTTI *et all*, 2008). O programa, inicialmente, foi implantado a partir do cruzamento de informações das pesquisas: PESTRAF e AIDS nas Fronteiras realizada nos seguintes municípios: Pacaraima – RR, Manaus – AM, Rio Branco – AC, Corumbá – MS, Feira de Santana – BA e Campina Grande – PB.

É imperativo destacar que “o PAIR constitui-se em uma metodologia de articulação de políticas e de intervenção de redes assentada na Doutrina da Proteção Integral da Criança e do Adolescente [...]”. (AMORIN *et all*, 2008, p. 12) e cuja intervenção buscou e busca desenvolver-se em consonância ao Art. 86² do ECA, com os objetivos estratégicos de:

1. Integrar políticas para a construção de uma agenda comum de trabalho, entre Governos, Sociedade Civil e Organismos Internacionais, visando ao desenvolvimento de ações de proteção à criança e adolescentes vulneráveis ou vítimas de violência sexual e tráfico para fins sexuais; e 2. Desenvolver metodologias exitosas de enfrentamento a violências sexuais contra crianças e adolescentes, que possam ser estendidas para outras regiões brasileiras, a partir de ações referenciais de organização, fortalecimento e integração de serviços locais, possibilitando a construção de uma Política Municipal de Proteção Integral a criança e ao Adolescente, assegurada a participação social na construção dos processos. (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 2006, p.3).

Em 2003, as Secretarias e Agências Internacionais supracitadas, com o apoio financeiro da USAID através da Organização Internacional do Trabalho (OIT) firmaram convênio com a Fundação Ajuri de Apoio ao Desenvolvimento da Universidade Federal de Roraima para a realização das atividades de pesquisa e capacitação da Rede de Enfrentamento no município de Pacaraima.

No ano seguinte, segundo Amorin, Contini e Meza (2008), o Tribunal de Contas da União (TCU) constatou que nos municípios assistidos pelo PAIR havia um diferencial positivo em relação ao impacto causado nas ações de enfrentamento e recomendou a disseminação dessa metodologia para os demais municípios do território brasileiro. Tal constatação fundamentou-se em uma auditoria operacional cujo objetivo

² A política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente *far-se-á através de um conjunto articulado de ações* governamentais e não-governamentais, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios (ECA, 2005, p. 25) [*grifo nosso*].

foi averiguar se o Programa de Combate ao Abuso e à exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, coordenado pela SEDH, atingiu os seus objetivos. Esta recomendação fortaleceu a SEDH no seu propósito de expandir o PAIR em 2006.

Destacamos que demos ênfase ao registro de algumas datas como reconhecimento de marcos históricos pontuais que desencadearam a operacionalização de determinadas ações, mas, que não devem ser interpretadas como rupturas nos trabalhos realizados, e sim compreendidas como períodos de articulação, organização, planejamento, levantamento orçamentário e estratégico dentre outras atividades, para as próximas ações e intervenções.

Assim, em 2005 a SEDH propôs a UFMS a coordenação da expansão do PAIR e assinou o Termo de Cooperação Técnica em 2006, firmando a parceria com os governos estaduais da Bahia, Paraíba, Acre, Amazonas, Mato Grosso do Sul e Roraima e com as Universidades públicas locais (cinco federais e uma estadual) para a sua operacionalização, a fim de avaliar os resultados da implantação do PAIR nos seis municípios, visando a disseminação do Programa conforme recomendação do TCU.

Neste mesmo ano, nos envolvemos com o Programa de Enfrentamento em atividades propostas e coordenadas pela Pró-reitoria de Extensão da Universidade Federal de Roraima, por ocasião do meu ingresso no cargo de Professora do Departamento de Educação, vindo a compor a equipe multidisciplinar que atuava no programa PAIR, em Pacaraima/RR.

Neste momento nossas inquietações e “certezas provisórias” indicavam que a escola, por sua natureza, é um dos ambientes com potencial para promover essa reconstrução e o professor o agente central deste processo.

Com este propósito desejamos identificar os sentidos e significados construídos pelos professores sobre abuso e exploração sexual infanto-juvenil em Pacaraima/RR. Para tanto, definimos como critério para a seleção dos professores integrantes da pesquisa, a participação nos processos de formação continuada realizadas nos anos de 2003 e 2005, sobre o tema da violência sexual infanto-juvenil. Nestes encontros, a partir das suas falas, buscamos compreender como pensam o problema e como se posicionam frente à identificação ou suspeitas de casos de violências, em especial a violência sexual, praticada contra as crianças e adolescentes que compõe a comunidade escolar como também contra qualquer pequeno cidadão residente e domiciliado no município de Pacaraima/RR.

Além disso, buscamos identificar possíveis interrelações entre a construção dos sentidos e significados que esses professores atribuem ao abuso e exploração sexuais de crianças e adolescentes e os processos de formação continuada a que foram submetidos.

Buscamos o aporte na psicologia sócio-histórica pelas perspectivas e possibilidades vislumbradas no sentido de alcançar os objetivos aqui propostos visto que toda ação humana é significada por seu “autor” e ressignificada por seu “leitor”, naquilo que Gonçalves (2002) e Furtado (2002), dentre outros, concebem como a subjetividade do sujeito, buscando “materializar” os elementos estruturantes que solidificam e retroalimentam as produções históricas e sociais a partir de Vigotski³ (1998) e seguidores (REGO, 2007; BOCK, 2002; AGUIAR, 2006).

Transitamos nos estudos e análises dos termos **sentidos** e **significados**, que configuram campos semânticos distintos e complementares, quando analisados de maneira interrelacional, e cuja função é a de orientar o pesquisador no propósito de enxergar para além da aparência, do falado e do ouvido, daquilo que muitas vezes é fragmentado pelo corte necessário ou intrínseco ao momento do encontro por ocasião da entrevista. É a possibilidade da construção conjunta do pesquisador com os sujeitos entrevistados na condição de co-autores que medeia a conectividade entre o que foi entendido, interpretado e as contradições e lacunas percebidas a partir do que foi verbalizado tanto quanto do que foi silenciado.

Além das entrevistas semiestruturadas buscamos o resgate da memória construída e percebida por atores diversos que participaram direta e indiretamente da implantação do PAIR em Pacaraima em fontes documentais de extrema importância, tais como documentos e relatórios das capacitações e registros do site www.caminhos.ufms.br⁴.

As análises e interpretações que apresentamos como sendo os sentidos e significados construídos pelos professores em Pacaraima/RR sobre abuso e exploração sexual infanto-juvenil estão, também, embasadas na construção dos sentidos e significados por Vigotski (1998) e seguidores - como anteriormente citados - alinhados com a perspectiva do trabalho em Rede posto que:

³ Devido à variação da grafia referente à escrita do nome deste autor optamos por escrevê-lo assim independentemente dos autores que o referenciam, exceto nas transcrições de citações.

⁴ O site www.caminhos.ufms.br foi desenvolvido pela Escola de Conselhos/Departamento de Jornalismo da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, em parceria com a Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, como parte do projeto: *A Comunicação como Estratégia para o Fortalecimento das Ações do Sistema de Garantias de Direitos no Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes*, como uma das ações previstas no PAIR. (Site www.caminhos.ufms.br, consulta em 27/09/2009).

estas seriam compostas por elementos de ordem pessoal, relacional e contextual, atravessados pela cultura, pela ideologia e pelas relações de poder, isto é, pelo que denominamos de matriz sócio-histórica, de natureza semiótica e polissêmica, a qual tem concretude e se atualiza continuamente no aqui e agora da situação, no nível dialógico das relações (ROSSETTI-FERREIRA *et. all* 2004, p. 17).

Vale salientar que ao fazer uso dessa compreensão dialógica relacional não estamos desconsiderando, o princípio da individuação (MENTIS, 1977) visto que é ele que nos faz reconhecer que cada ator traz para o coletivo sua própria identidade e que a sua não participação ou exclusão no processo é determinante para a produção de outros sentidos e significados. Reforça-se, em última instância, o valor dos contextos históricos individuais na e para a construção coletiva. Além destes determinantes, é *mister* reconhecermos que a importância do contexto não se limita à formação sócio-histórica de cada ator, mas também do período considerado por este estudo, quais sejam, as influências políticas, históricas, sociais e econômicas dos anos de 2003 a 2008, que certamente interferiram na forma como nossos sujeitos conceberam e concebem o mundo. Ou como afirma Amorim:

A materialidade da matriz sócio-histórica revela-se, por exemplo, na organização de espaços, das rotinas, das práticas e dos discursos circunscritos a um determinado grupo de pessoas e contextos, e, através do próprio corpo, possibilitando e delimitando os campos interativos, favorecendo certas organizações sociais, certos significados e sentidos (2002, p. 64).

Por fim, este é o desafio que nos colocamos como pesquisadoras e como cidadãs na busca de realizar um trabalho científico que possa contribuir com a reflexão e a construção de uma práxis pedagógica comprometida com a garantia da Proteção Integral das crianças e dos adolescentes.

Diante do exposto, reiteramos como objetivos desta pesquisa: a) Identificar os sentidos e significados consolidados pelos professores de Pacaraima/RR sobre o abuso e a exploração sexual infanto-juvenil; b) Avaliar o papel da formação continuada para estes profissionais, com ênfase na temática da violência sexual infanto-juvenil; c)

Analisar os fatores e/ou justificativas apresentadas pelos professores frente aos encaminhamentos dos casos ou indícios de violências.

CONCLUSÕES PROVISÓRIAS

Apresentar nossas conclusões provisórias tem o *sentido* de admitir que as leituras e análises contidas neste trabalho, como previamente anunciadas, revelam talvez muito mais da subjetividade do pesquisador do que mesmo dos entrevistados. Significa reconhecer que dos entrevistados as respostas proferidas jamais poderiam ser vistas sem consideramos o seu próprio contexto, significa ainda dizer que daquele dia em que nos encontramos até os dias nos quais fizemos nossas incursões algumas ou muitas coisas/conceitos, concepções podem ter sido ressignificadas, até mesmo como um resultado daquele nosso encontro.

Reconhecer essa interação significa também reconhecer que essa pesquisa não foi produzida de forma imparcial. Já na sua introdução reconhecemos o quanto estamos envolvidas com essa temática, mas também não seria correto entendê-la como uma proposta de validação da nossa perspectiva conceitual e afetiva. Durante todo o processo estivemos atentos, por princípio, para compreender os sentidos e significados construídos pelos professores nossos colaboradores ainda que nas suas falas fossem visualizados equívocos conceituais e de condução no encaminhamento dos casos por eles narrados. Preocupamo-nos ainda em realizar nossas análises sendo crítico e categórico quando se fez necessário, mas sem perde de vista o cenário, o contexto social, político, cultural bem como os aspectos da formação inicial e continuada que os constituíram como cidadãos e professores.

Diante do exposto e reiterando o caráter provisório das nossas conclusões a cerca dos sentidos e significados consolidados sobre o abuso e a exploração sexual infanto-juvenil pelos professores de Pacaraima/RR nos convencemos que os *sentidos* estiveram o tempo todo, explícitos, evidentes mesmo nas suas respostas, como se esperassem por esse momento de anunciar-se para o mundo.

E se “o sentido refere-se a necessidade que, muitas vezes, ainda não se realizaram, mas que mobilizam o sujeito, constituem o seu ser, geram formas de colocá-lo na atividade” (AGUIAR, 2006, p. 14-15) os nossos entrevistados anunciavam reiteradamente suas necessidades, eles querem mais informação e formação e com uma

melhor qualidade para que assim possam exercer bem o seu papel de professor comprometido pedagógica e socialmente com seus alunos.

Em momento algum, estes professores demonstraram não saber o que era próprio da sua função, embora não soubessem bem como fazê-lo. O cenário aqui descrito de forma simples tenta contextualizar o tempo histórico vivido em Pacaraima/RR uma pequena cidade interiorana inserida entre terras indígenas e uma fronteira internacional, que vive uma economia de contracheque e de um modesto setor comercial dependente das variações cambiais da moeda venezuelana e um incipiente setor turístico, em processo de desativação.

Que em pleno século XXI reproduz uma política governamental arcaica e centralizadora que imprime seu poder sem nenhum tipo de reserva. Que tem um contingente de funcionários públicos estaduais e municipais que alternadamente e, de acordo com o partido que está no poder fazem rodízio nas carteiras comissionadas. Um município que até um ou dois anos atrás não tinha disponibilidade de serviços de telefonia móvel e muito menos acesso a internet, fatores que comprometiam não apenas a vida social, mas o crescimento pela educação. Que não tem nem mesmo uma escola de 3º grau com instalação própria e dispõe de quatro cursos oferecidos pela Universidade estadual e um ou dois cursos ofertados por instituições privada.

Deveríamos então pensar que estes professores não exageram ao reivindicar cursos de capacitação como metodologias próprias e adequadas às temáticas e ao tipo de intervenção que deverão realizar, principalmente quando sabemos que as capacitações quando oferecidas são de natureza institucional que parecem atender muito mais aos interesses políticos do governo do que aos dos professores.

Diante disso tudo e do muito que o leitor poderá encontrar e descobrir se assim o quiser aprofundando este estudo, outro não seria o *sentido* construído sobre o abuso e a exploração sexual infanto-juvenil em Pacaraima/RR se não o de querer contribuir para erradicar o problema.

Esses professores sabem o que devem e precisam fazer, mas não estão bem certos do como se faz o que precisa ser feito. E se construir *significados* é encontrar-se com o sujeito naquilo que elas dizem “que as fez fazer o que elas fizeram e porquê” (BRUNER, 1997, p. 25) não haveria incorreção nas suas falas. Tudo o que eles fizeram, a forma como fizeram mesmo quando orientadas pelo senso comum, não foram feitas por acaso. Estamos falando de sujeitos historicamente situados e constituídos e que sutilmente se percebem com tal. Uns mais outros menos, uns querendo nos impressionar

empregando um tom de voz seguro austero, outros preocupados em não errar, em não decepcionar o pesquisador.

Não temos nenhuma dúvida de que eles sabem que no seu município crianças e adolescentes são vitimizados pela violência e em especial a sexual como “F” relata: “[...] tem menores que vão pra Santa Elena (né?). Não posso dizer que peguei que vi e comprovei, mas há todo esse indício e evidências que levam ... de menores vão aqui pras festas, chegam no outro dia. Tem essa questão desses caminhoneiros que ficam ali na frente [...]”, em contrapartida abundam as dúvidas sobre como proceder, até onde podemos fazer sem colocar a própria vida em risco. Qual o sentido de arriscar-se sem ter a certeza de que o processo que eles iniciam será levado até o fim. E como não tem respostas melhor mesmo é não ver.

Essas respostas deveriam vir através de cursos e treinamentos com vistas a formação continuada. Mas não feita de qualquer jeito, por qualquer pessoa que conseguiu levantar fundos e na véspera da prestação de contas impõe aos professores que se mobilizem para participar reproduzindo a velha máxima da educação onde “eu finjo que ensino e vocês fingem que aprendem”.

Uma atuação em rede exige profissionais preparados. E se ensinar exige a convicção de que a mudança é possível (FREIRE, 1996) não se pode abrir mão de que esse ensinamento precisa primeiro ser apreendido pelos próprios professores. Nesse sentido é preciso considerar também que uma vez qualificado o trabalho do professor não se restringe ao olhar observador, mas ele poderá atuar preventivamente formando, orientando seus próprios alunos para que estejam atentos e saibam distinguir o que é uma demonstração de carinho, de afeto do que seja um abuso. A capacitação representa então na linguagem matemática uma progressão geométrica a favor da criança e do adolescente.

E finalmente quanto aos fatores e/ou justificativas apresentadas pelos professores frente aos encaminhamentos dos casos acreditamos que ele/as foram feitas o tempo inteiro quando tentávamos consolidar nossas impressões nesse trabalho. A exemplo de tudo o que dissemos sobre a inexistência de incorreções conceituais concluímos que sobre a forma como conduziram os casos nos quais se depararam com atitudes agressivas dos alunos mesmo não estarem alinhadas as orientações formais e politicamente corretas, não podem ser desvalorizadas na medida em que demonstram que as limitações de conhecimento não foram detiveram o professor tornando-o um inoperante. Ele agiu, se certo ou errado, ele ousou minimizar o sofrimento do seu aluno.

Quanto aos que nunca presenciaram ou perceberam indícios de violências contra seus alunos, estamos igualmente convencidos que os processos de capacitação quando estiverem sistematicamente disponibilizados para os professores serviram não apenas como fontes de formação e informação, mas como processo motivador capaz de revitalizar o compromisso com a causa.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Wanda Maria Junqueira. A pesquisa em psicologia sócio-histórica: contribuições para o debate metodológico. In BOOK, Ana Mercês Bahia.

GONÇALVES, Maria da graça Marchina. FURTADO, Odair (org). **Psicologia sócio-histórica**. 2ª ed. revista. São Paulo: Cortez, 2002.

AGUIAR, Wanda Maria Junqueira de (org.). **Sentidos e significados do professor na perspectiva sócio-histórica: relatos de pesquisa**. São Paulo: Casa do Psicólogo®, 2006.

AMORIN, Sandra Maria Francisco de. CONTINI, Maria de Lourdes Jeffery. MEZA, Eduardo Ramirez. (org.) **Avaliação do processo de implantação do PAIR**. Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2008. (Programa Escola de Conselhos)

BRASIL. **Constituição** da República Federativa do Brasil, 2007.

_____. Secretaria Especial dos direitos Humanos. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Assessoria de Comunicação Social. Brasília: MEC, ACS, 2005.

_____. **Guia Escolar: Métodos para Identificação de sinais de abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes**, 2004.

_____. **MEC: Ministério da Educação e Cultura**, 2009.

BRUNER, Jerome. **Atos de significação**. Trad. Sandra Costa. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

BOCK, Ana Mercês Bahia. GONÇALVES, Maria da Graça marchina. FURTADO, Odair (orgs). **Psicologia sócio-histórica**. 2ª ed. revista. São Paulo: Cortez, 2002.

ESCOLA DE CONSELHOS PREAE/UFMS. **Disseminação da Metodologia do PAIR através das Universidades.** Campo Grande: UFMS, 2006.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia:** saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996. (Coleção Leitura)

FURTADO, Odair. O psiquismo e a subjetividade social. In BOCK, Ana Mercês Bahia. GONÇALVES, Maria da Graça Marchina. FURTADO, Odair (orgs). **Psicologia sócio-histórica.** 2ª ed. revista. São Paulo: Cortez, 2002.

HAZEU, Marcel. **Trafico de Mulheres crianças e adolescentes para fins de exploração sexual comercial na Amazônia.** OIT – Belém: OIT, 2003.

JÚNIOR, Stélio Tavares Soares. VERAS, Antonio Tolrino de Rezende. **Informações consolidadas sobre oportunidades de formação profissional e mercado de trabalho que possam contribuir para a reabilitação e reintegração dos adolescentes vítimas de exploração comercial no município de Pacaraima.** Boa Vista: UFRR, 2005. Relatório de Pesquisa.

JR. Amauri Ribeiro. O pior dos crimes. **ISTOÉ.** São Paulo: Ed. Abril, n. 1705, p. 38-44, jun. 2002.

MOTTI, Antonio José Angelo. CONTINI, Maria de Lourdes Jeffery. AMORIN, Sandra Maria Francisco de. **Consolidando a experiência do PAIR.** Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2008. (Programa Escola de Conselhos)

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Subsecretaria de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente. **Programa de Ações Integradas e Referenciais de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes no Território Brasileiro (PAIR) – Termo de Referência para disseminação do PAIR em 2006.**

Serviço de Proteção Social a Criança e Adolescentes Vítimas de Violência, Abuso e Exploração Sexual e suas Famílias: referencias para a atuação do psicólogo / Conselho Federal de Psicologia. Brasília: CFP, 2009.

VIGOSTKI, Lev Semenovich. *A formação social da mente:* o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. COLE, Michel (orgs.)[et. al.]; tradução José Cipolla Neto, Luís Silveira Menna Barreto, Solange Castro Afeche. 6ª. Ed. - São Paulo, SP: Martins Fontes, 1998 (Psicologia e Pedagogia).